



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – CCJS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS

DAYANE FERREIRA DA SILVA

O trabalho profissional do Assistente Social na contemporaneidade

SOUSA/PB

2023

DAYANE FERREIRA DA SILVA

O trabalho profissional do Assistente Social na contemporaneidade

Trabalho de Conclusão de especialização apresentado ao curso de pós-graduação em Serviço Social e gestão de políticas públicas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como requisito para o título de pós-graduada, sob orientação do Professor Dr. Reginaldo Pereira França Júnior.

SOUSA/PB

2023

DAYANE FERREIRA DA SILVA

O trabalho profissional do Assistente Social na contemporaneidade

Trabalho de Conclusão de especialização apresentado ao curso de pós-graduação em Serviço Social e gestão de políticas públicas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como requisito para o título de pós-graduada, sob orientação do Professor Dr. Reginaldo Pereira França Júnior.

Data de aprovação 04/04/23

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr Reginaldo Pereira França Júnior
Orientador

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG



Documento assinado digitalmente

FRANCIELE DA SILVA SANTOS

Data: 20/04/2023 21:59:17-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Ma. Franciele da Silva Santos
Examinadora Interna

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG



Documento assinado digitalmente

VINICIUS RAFAEL LOPES

Data: 21/04/2023 22:12:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Vinícius Rafael Lopes
Examinador Externo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

S586t

Silva, Dayane Ferreira da.

O trabalho profissional do Assistente Social na contemporaneidade /
Dayane Ferreira da Silva. - Sousa, 2023.

30 f. : il. color.

Monografia (Especialista em Serviço Social e Gestão de Políticas
Públicas) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências
Jurídicas e Sociais, 2022.

"Orientação: Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior."

Referências.

1. Serviço Social. 2. Assistente Social. 3. Prática Profissional. 4.
Mundo do Trabalho. I. França Júnior, Reginaldo Pereira. II. Título.

CDU 36(043)

Dedico este trabalho ao meu amigo, Francisco Cordeiro da Silva (in memoriam), que em vida esteve presente e colaborou significativamente para que fosse possível alcançar muitas das conquistas que usufruo hoje.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao senhor Deus, por ter guiado meus passos até aqui e abençoado meu caminho. Minha fé é o que me motiva todos os dias a alcançar meus objetivos e lutar por eles.

À minha mãe, Antônia Cordeiro da Silva, minha maior inspiração de força, perseverança e fé. Obrigada por lutar sempre e encorajar cada vez mais para que todos os nossos sonhos sejam realizados um dia.

Às minhas amigas e companheiras de pós graduação, Raenia e Fernanda, por dividir comigo anseios e angustias existentes durante todo o processo de estudo, desde início do período de inscrição até a finalização deste trabalho, meu muito obrigada.

Ao meu orientador, Reginaldo França, por toda paciência e desempenho na realização deste trabalho, acrescentando de forma significativa e indispensável por meio de dicas, indicações e orientações.

Aos/às meus/minhas professores/as de pós graduação, por todo ensinamento e divisão de conhecimentos ao longo deste processo de especialização. Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem como foco principal a discussão sobre o trabalho profissional do Assistente Social na contemporaneidade e os debates no reconhecimento da profissão. A proposta de estudo é fruto de indagações vivenciadas durante o processo de estágio supervisionado e na pesquisa para a realização do TCC da graduação. A prática profissional do/a assistente social é respaldada pelas normativas presentes em seu Código de Ética de 1993, na Lei que Regulamenta a profissão, Lei 8.662/93 e as Diretrizes Curriculares de 1996. Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo estudar, de forma bibliográfica, o mundo do trabalho do Serviço Social, seus espaços sócio-ocupacionais e os determinantes sociais que permeiam a sua atuação. O método utilizado ao longo desse estudo foi o crítico dialético de Marx, por buscar entender a realidade em sua essência, considerando as relações e as determinações históricas. Autores/as como Barroco, Yamamoto e Netto, foram fontes de bases bibliográficas para a realização dessa pesquisa. Foi possível perceber a necessidade urgente de reafirmação das competências e atribuições privativas do/a assistente social, como algo fundamental a sua prática profissional, reafirmando-as tanto para seus/as usuários/as quanto para as suas instituições empregadoras.

Palavras-chaves: Prática profissional; Mundo do trabalho; Serviço Social.

ABSTRACT

The present work has as its main focus the discussion about the professional work of the Social Worker in contemporary times and the repercussions on the recognition of the profession. The study proposal is the result of questions experienced during the supervised internship process and in the research for the graduation TCC. The professional practice of the social worker is supported by the norms present in its Code of Ethics of 1993, in the Law that Regulates the profession, Law 8.662/93 and the Curriculum Guidelines of 1996. In this context, this work aims to study, from bibliographical form, the world of Social Service work, its socio-occupational spaces and the social determinants that permeate its performance. The method used throughout this study was Marx's dialectical critic, as it seeks to understand reality in its essence, considering relations and historical determinations. Authors such as Barroco, Iamamoto and Netto were sources of bibliographical bases for carrying out this research. It was possible to perceive the urgent need to reaffirm the social worker's exclusive competences and attributions, as something fundamental to their professional practice, reaffirming them both for their users and for their employing institutions.

Keywords: Professional practice; world of work; Social service.

Lista de siglas

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social;

CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas;

CUT - Central Única dos Trabalhadores;

PT- Partido dos Trabalhadores;

PEPSS - Projeto ético-político do Serviço Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – O SERVIÇO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA: TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
1.1 - O MUNDO DO TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL.....	11
1.2 - O SERVIÇO SOCIAL E O PROJETO POLÍTICO PROFISSIONAL.....	13
1.3 - A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	16
CAP. II – A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	
2.1 - O SIGNIFICADO ÉTICO DA PROFISSÃO.....	20
2.2 - ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS	22
2.3 - O SERVIÇO SOCIAL E OS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

..

INTRODUÇÃO

Desde a emergência do Serviço Social é possível identificar os diversos desafios postos à profissão até a sua legitimação, nos dias atuais isso não se configura como algo inacabado.

O trabalho do/a assistente social é respaldado pelas normativas presentes no seu Código de Ética, na lei que regulamenta a profissão e nas diretrizes curriculares. Além disso, existem documentos específicos que debatem sobre os parâmetros de atuação do/a profissional em cada área de atuação, seja ela na saúde, assistência social ou previdência.

A relação teoria e prática repassada durante o processo de aprendizado na graduação foi algo que gerou inquietações desde início da proximidade com o Serviço Social. A teoria é algo que é ensinado para que sirva de base metodológica para uma atuação coerente e ética. Já a prática é perpassada por muitos determinantes externos que podem descaracterizar o exercício do/a profissional.

Foi na vivência física que o interesse pelo tema debatido nesse trabalho foi desencadeado. Durante o processo de estágio obrigatório da graduação existiram muitos momentos de indagações sobre como o exercício do/a assistente social é visto de forma enviesada pelos/as seus/as usuários/as. Mas, foi durante um processo de pesquisa que isso foi ficando cada vez mais explícito e o interesse ainda mais intenso.

Relatos de profissionais citando como que é presente ainda nos dias atuais a falta de entendimento das reais atribuições e competências de um/a assistente social é nítido em diversos espaços sócio-ocupacionais que o Serviço Social atua. E isso ocasionou no interesse pelo tema em questão, a possível descaracterização da prática profissional diante uma falta de reconhecimento por parte tanto dos/as usuários/as como também das instituições empregadoras.

Inicialmente, foi pensado a realização de uma pesquisa de campo para melhor estudar sobre o assunto, no entanto, os muitos desafios e empecilhos encontrados impossibilitou que isso fosse possível.

O objetivo deste trabalho é debater sobre o arcabouço histórico do Serviço Social enquanto profissão legitimada e fundamentar a relação intrínseca entre a teoria e a prática diante uma formação profissional e um mundo de trabalho totalmente desafiador.

A pesquisa foi bibliográfica com caráter exploratório, que segundo Gil (1999), tem o intuito de modificar, esclarecer e desenvolver conceitos e ideias. Esse tipo de pesquisa é considerado o mais adequado para assuntos complexos por possibilitar uma melhor precisão no assunto estudado.

O estudo teve natureza qualitativa, segundo Triviños (1987), esse é o tipo que trabalha com os dados procurando seu significado, com base na percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Desta forma, esse é o tipo de pesquisa mais adequada para estudar o tema deste trabalho.

O método utilizado foi o crítico dialético, buscando perpassar em todos os seus princípios elementares, como: contradição, mediação, totalidade, particularidade e singularidade. Este método busca entender a realidade em sua essência, considerando as relações e as determinações históricas, em especial, as contradições existentes no cerne da sociedade capitalista.

As bases teóricas deste trabalho tiveram como autores principais lamamoto (2014) e Barroco (2010), grandes autoras do Serviço Social que debatem sobre o processo histórico da profissão. Outros/as autores/as que subsidiaram este estudo foram: Netto (1996), Raichellis (2009) e Martinelli (2006).

A exposição deste trabalho está dividida em dois capítulos. No primeiro, o debate é destinado ao mundo do trabalho, a formação profissional e o projeto ético político do Serviço Social. Estudos necessários para entender os espaços no qual o/a assistente social está inserido e qual base metodológica obteve durante todos esses anos.

No segundo capítulo, o foco é pesquisar sobre os aspectos éticos que regem a profissão, as suas atribuições privativas e competências profissionais, segundo o Código de Ética de 1993 e os espaços de trabalho do/a assistente social em seus diversos aspectos e determinantes sociais.

Em linhas gerais, o objetivo deste trabalho é estudar sobre a prática profissional do Serviço Social e a descaracterização da mesma diante tantos desafios postos em um mundo de trabalho perpassado por uma população que enviesa seu exercício enquanto profissão, seja usuários/as ou instituição empregadora.

Capítulo I – O serviço social na cena contemporânea: Trabalho e formação profissional

1.1- O mundo do trabalho e o Serviço Social

O trabalho profissional do/a assistente social se dá através de instituições privadas e públicas que tem como objetivo a defesa dos direitos sociais para todos/a, por meio das políticas sociais existentes.

Nos espaços de atuação existem determinantes externos e internos que perpassam o mundo do trabalho dos/as assistentes sociais, caracterizando limites ao profissional, em especial, os institucionais. Em muitos momentos são colocados como um grande desafio, diante das muitas mazelas enfrentadas diariamente.

É na tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, os quais não é possível abstrair – ou deles fugir –, pois tecem a trama da vida em sociedade. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado no reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e serviços sociais, mediações fundamentais para o trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2008, p. 16).

Como destaca Iamamoto, o terreno de atuação do serviço social está na tensão entre produção e desigualdade, com interesses sociais distintos, em que, o profissional não pode fugir. É nesse espaço que existem as implicações da relação trabalho e capital, e as suas muitas adversidades existentes.

O mundo do trabalho configura-se cada vez mais em um espaço que adoce a classe trabalhadora com jornadas de trabalho intensas e diante uma forte onda de precarização, sobretudo, nos vínculos empregatícios existentes.

As muitas crises existentes do capitalismo ocasionam em desafios ao Serviço Social, já que “para se manter precisa agudizar o quadro de devastações em prol de sua incessante e irrefreável busca pelo lucro” (ANA, R.S; SILVA, L.O; BRAVO, M.I.S; MARTINELLI, M.L. 2021 p.359), reposicionando cada dia mais um mercado de trabalho precário que atinge diretamente a classe trabalhadora.

Segundo França Junior “as profundas transformações tecnológicas e o intenso processo da chamada reestruturação produtiva redimensionaram os padrões

da sociabilidade e reconfiguraram o mundo do trabalho” (2021 p. 371). A mundialização trouxe consigo avanços, como também, novas formas de exploração da parcela da sociedade que mais sofre com os impactos da chamada reestruturação produtiva.

A chamada crise do capital não se opera apenas no processo de sua expansão, de sua necessidade constante de valorização, tendo em vista a extensa massa de força de trabalho disponível gerada no núcleo dessa crise de produção e sua complexa cadeia para atendimento das suas necessidades de reprodução, em que a divisão do trabalho emerge como agente que vai nutrir tal necessidade (FRANÇA JUNIOR, 2021, p. 373-374).

No Brasil, o mercado de trabalho sofre com uma intensa precarização, associada à flexibilidade do trabalho, a terceirização e a reestruturação produtiva, o que traz diversas mudanças na vida da sociedade, atingindo cada vez mais a classe trabalhadora do país.

Quando se examina a dimensão “mercado de trabalho”, isto é, as formas de mercantilização da força de trabalho, encontra-se uma condição de heterogeneidade e segmentação, marcada por uma vulnerabilidade estrutural que se reconfigura, com formas de inserção (contratos) precárias, sem proteção social, com salários mais baixos, revelados pela terceirização de forma exemplar, cujo crescimento exponencial pode ser observado em diferentes segmentos da classe trabalhadora (ANTUNES; DRUCK, 2015, p. 25).

Antunes e Druck (2015) destaca o contexto em que está inserido o mercado de trabalho e suas condições de heterogeneidade, em que é possível visualizar em diferentes segmentos da classe operária, como o aumento da terceirização.

A terceirização caracterizou-se como uma estratégia utilizada por muitos dos ramos existentes da economia, como uma alternativa para a contratação de trabalhadores. Araújo e Ferreira (2009) destacam que:

(...) estudos recentes têm chamado atenção para a existência de suas modalidades de terceirização. A primeira, considerada mais virtuosa, consiste num instrumento de melhoria da qualidade, da produtividade, na medida em que inovações tecnológicas e organizacionais são transferidas para as empresas subcontratadas e se difundem ao longo da cadeia. Na segunda modalidade, a terceirização ocorre com o objetivo central de redução de custos e, nesta medida, o que se transfere às subcontratadas são os gastos, os riscos da produção e o custo da mão de obra. Neste caso, a exigência de preços baixos dá-se, muitas vezes, em detrimento da qualidade. E é nesta segunda modalidade que alguns autores têm identificado como ‘terceirização tupiniquim’, que tem se generalizado no país como consequências danosas para os trabalhadores e as trabalhadoras nela envolvidos (p. 134).

No Brasil, a geração de renda e emprego, afetam significativamente o trabalho assalariado e protegido pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). E a onda de trabalhos terceirizados aumentam cada vez mais, diante uma precarização intensa, com salários baixos, falta de assistência ao trabalhador, este, ingressa neste cenário devido à falta de opções no mercado de trabalho regular.

A terceirização significa para a empresa, muitas das vezes, uma saída para a redução de custos, sendo possível visualizar a enorme diferença no que se refere às jornadas de trabalho, a diferença de salários e benefícios e aos aspectos sindicais.

E por que afirmamos que a terceirização precariza a prestação do serviço? Por que para seguir a lógica do menor custo e maior lucro (...) não se pensa em investimentos em capacitação profissional (...) o investimento nessas áreas, no caso dos serviços públicos, não pode ser visto como custo. E, sim como um insumo cujo objetivo é dar qualidade, resolutividade e eficiência à prestação do serviço. Qualquer pessoa prefere ser atendida por médicos bem remunerados, que não precisem ter quatro empregos para sobreviver, que têm a oportunidade institucional de se atualizar em sua especialidade, que têm um horizonte de carreira em sua trajetória profissional. Igualmente, qualquer um prefere que os trabalhadores que se encarregam da limpeza do centro cirúrgico sejam bem treinados, bem remunerados e saudáveis, com equipamento de proteção à saúde garantido (VALENTE, 2009, p. 105).

A presença da terceirização, assim como, do trabalho informal vem sendo um espaço de luta ao Serviço Social, que visualiza a carência de capacitações e de investimentos, salários baixos, jornadas de trabalho extensas, contratos temporários e adoecimento. E diante um mundo do trabalho cada vez mais precário e exploratório, a cada dia que passa mais a sociedade trabalhadora sofre com os impactos deste cenário.

1.2 – O Serviço Social e o projeto político profissional

O compromisso do Serviço Social, enquanto profissão é de construir uma sociedade digna e justa, cujo trabalho profissional é direcionado aos muitos e intensos enfrentamentos críticos da realidade, diante conjunturas adversas do cotidiano das pessoas o trabalho do/a assistente social se consolida.

Ao longo do período de gênese da profissão, existiram momentos cruciais que fazem parte da história do serviço social, como o conservadorismo. Esta perspectiva esteve arraigada por bastante tempo na atuação dos/as assistentes sociais, gerando uma necessidade urgente de rompimento com o “tradicionalismo” existente e uma atualização da forma que consolidava o exercício profissional, o que

trouxe para o Brasil o chamado processo de renovação profissional¹, que teve como base o movimento de reconceituação latino americano na década de 60.

É preciso que fique bem claro: o monopólio político e conservador no serviço Social nas instâncias e fóruns profissionais só pôde ser quebrado, ainda que tardiamente, quando da emergência do proletariado na arena política. Contudo, ele só pôde ser quebrado porque no interior da categoria profissional existiam reais potencialidades para tanto (NETTO, 2009, p. 30-31).

Netto destaca a importância da emergência do proletariado no espaço político como movimento de quebra ao conservadorismo existente na profissão, e que isso acontece devido ao poder presente no interior da categoria profissional do Serviço Social.

Devido ao processo ditatorial² vivenciado no país na década de 60, o Brasil não conseguiu acompanhar o movimento de reconceituação. Segundo Netto (2009):

Ao longo de todo ciclo ditatorial incontável contingente de assistentes sociais apoiou-o abertamente (seja por convicções, seja por oportunismo); inúmeros assistentes sociais assumiram – por indicação política – cargos e postos de responsabilidade em órgãos estatais e públicos; vários assistentes sociais assessoram serventários da ditadura e alguns foram mesmo distinguidos pelo regime e seus corifeus. É fato que o grosso da categoria atravessou aqueles anos terríveis sem tugar nem mugir. Nada é mais falso do que imaginar que o [todo] nosso corpo profissional (neles incluídos, naturalmente, docentes e discentes) foi um coletivo de perseguidos ou um corajoso destacamento da resistência democrática (p.29).

É perceptível destacar diante a fala de Netto que a presença de assistentes sociais durante o processo ditatorial de 64 foi um espaço de divergentes pensamentos políticos e posturas profissionais, baseadas em convicções, com base nas condições da época, como também, a presença de uma onda de oportunismos.

O movimento de Reconceituação Latino-americano, ocorrido em 1965, foi algo inevitável à profissão, diante intensas críticas ao tradicionalismo presente no Serviço Social naquela época. Mobilizações dos/as profissionais por uma renovação fez surgirem novas críticas, em especial, sobre o papel da profissão diante as expressões da questão social.

¹ O processo de renovação profissional, segundo Netto (2011), foi dividido em três momentos distintos, denominados de Perspectiva modernizadora, Reatualização do conservadorismo e Intenção de ruptura, respectivamente nos anos de 60,70 e 80. Este último momento é considerado inacabado até os dias atuais.

² Para aprofundar o assunto do processo da ditadura no Brasil pós 64, ler obra de Netto (2011), com grandes fundamentos e estudos sobre este determinado momento no país.

Tal movimento significou um leque de conquistas, além da recusa ao tradicionalismo, houve uma aproximação com o Marxismo enquanto perspectiva teórica, o que trouxe vários avanços a profissão, como a emergência do pluralismo na profissão. Apesar de ser um movimento considerado ainda não finalizado devido as fortes repressões da ditadura, o movimento de Reconceituação ocasionou avanços significativos ao Serviço Social.

A partir dos anos de 1980, o Serviço Social passa por intensas transformações e momentos de grande importância para a profissão, diante a busca para conseguir bases de sua legitimação para além das tradicionais.

Segundo Netto (2009) o Congresso da Virada trouxe componentes democráticos reprimidos pela categoria profissional na cena política, e a existência de um posicionamento efetivo as demandas reais da classe trabalhadora, esta, vivenciou mudanças significativas, em especial, a sua participação na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Já nos anos de 1990, o Serviço Social se consolida enquanto profissão, sendo inserida no âmbito superior, o que estimulou o desenvolvimento da pesquisa, adquirindo um papel importante para a profissão. Esse ano foi caracterizado pela maturação profissional, com um projeto profissional considerado inovador e com perspectiva crítica da realidade.

O projeto político profissional do serviço social é uma construção histórica e coletiva, que tem como base a teoria social marxista. É construído com base nas vivências da sociedade e na atuação de assistentes sociais, sujeito a mudanças e transformações com base nas diversas mudanças perpassadas pela classe trabalhadora.

Para Netto (1999), os projetos profissionais,

[...] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado ao qual coube historicamente o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais (NETTO, 1999, p. 95).

Como destaca Netto, os projetos profissionais tem seu foco na auto imagem da profissão, prescrevendo normas e delimitando pontos fundamentais para

a atuação do profissional com os/as usuários/as da política referente ao seu exercício.

[...] os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normatizações morais e/ou prescrição de direitos e deveres, mas envolvem ainda as escolhas teóricas, ideológicas e políticas das categorias e dos profissionais — por isto mesmo, a contemporânea designação dos projetos profissionais como projetos ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional (NETTO, 1999, p. 98-99).

A consistência de um projeto político profissional com determinada direção social que sirva de base para decisões e ações significativas é algo essencial ao Serviço Social brasileiro, no intuito de melhor lidar com as novas expressões da questão social, que surgem cada vez mais diante os impactos que a sociedade vivencia.

Martinelli (2006) destaca a existência de uma hegemonia que reflete em um caráter não exclusivo do projeto ético político profissional. O coletivo, como campo de disputas remete a um possível surgimento de projetos com diferentes naturezas, levando a outros níveis de aliança e parcerias.

Daí a importância dos profissionais saberem fazer leituras críticas, ético-políticas, de conjuntura, para poderem construir formas cada vez mais substantivas de consolidação do projeto profissional. Na verdade, como já afirmamos, o assistente social é um profissional que trabalha permanentemente na relação entre estrutura, conjuntura e cotidiano; é no cotidiano que as determinações conjunturais se expressam e aí é que se coloca o desafio de garantir o sentido e a direcionalidade da ação profissional. Finalmente, é bom lembrar que a dimensão política que é constitutiva do projeto profissional, e a ele imanente, somente adquire materialidade e concretude nos diferentes planos do exercício profissional o qual, como ato político, recebe e produz impactos societários. Portanto, como construção sócio-histórica, o projeto ético-político de profissão só se consolida no próprio processo histórico. Sua legitimação deve ocorrer em diferentes níveis, envolvendo desde os contratantes do trabalho profissional do assistente social, até outros coletivos profissionais, as agências formadoras e especialmente os sujeitos que demandam a sua prática (MARTINELLI, 2006, p. 10).

Como enfatiza Martinelli, o projeto ético-político do Serviço Social se consolida no processo histórico diante as suas intensas modificações vividas ao longo dos anos, por isso, há a necessidade de profissionais cada vez mais críticos no intuito de consolidar o projeto profissional.

1.3 - A formação profissional do Assistente Social

O Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, se faz presente no cerne da contradição entre as forças existentes na sociedade, tanto com relação ao movimento do capital quanto dos direitos da população trabalhadora. Como destaca lamamoto (2014) “o Serviço Social é considerado como uma especialização do trabalho e a atuação do assistente social uma manifestação do seu trabalho [...]” (p. 27), nessa lógica de pensamento, é possível destacar que essa manifestação ocorre diante várias formas diferentes na prática.

As condições que circunscrevem o trabalho do assistente social expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama das relações e interesses sociais e participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, de respostas institucionais e políticas às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais (lamamoto, in lamamoto e Carvalho, 1982). (IAMAMOTO, p.610, 2014).

Como destaca a autora, a existência do antagonismo nos interesses sociais é algo que está presente na profissão em um espaço de luta pela efetivação do exercício profissional que forneça respostas institucionais e políticas, em especial, no que seja de interesse das necessidades da classe trabalhadora. A atuação do Serviço Social nos seus diversos espaços sócio ocupacionais exige um profissional crítico e competente para conseguir desempenhar as suas devidas atribuições e ter em seu ambiente institucional uma relação de troca de direitos.

O surgimento dos espaços de atuação profissional do/a assistente social impõe cada vez mais profissionais que utilizem do seu desempenho para tomar posição do que é destinado ao seu trabalho, lamamoto (2014).

A polivalência, a terceirização, a subcontratação, a queda de padrão salarial, a ampliação de contratos de trabalho temporários, o desemprego são dimensões constitutivas da própria feição anual do Serviço Social e não uma realidade alheia e externa que afeta “os outros” (IAMAMOTO, 2014, p.48/49).

São muitos os desafios que o Serviço Social enfrenta em seu espaço de trabalho, é a classe operária que sofre com os principais acontecimentos advindos de uma exploração exacerbada, com um Estado mínimo, posicionando cada dia mais a favor da ordem capitalista vigente.

No que se refere ao Estado, lamamoto (2014) destaca:

O Estado, nos diversos níveis da federação, é hoje o maior empregador dos assistentes sociais, e a atuação na órbita das políticas públicas um espaço profissional privilegiado desse profissional. Existe uma necessária autonomia entre o trabalho profissional na política pública e a política pública. Profissão não se confunde com política pública de governo ou de Estado e nem o Serviço Social se confunde com assistência social, ainda que esta possa ser uma das mediações persistentes da justificativa histórica da existência da profissão. Assim, seus agentes não são meros operacionalizadores de políticas emanadas do Estado — um braço operacional do moderno príncipe —, ainda que a política pública — e particularmente a seguridade social — seja uma mediação determinante no exercício da profissão no mercado de trabalho como uma das respostas institucionalizadas à “questão social”. Essas afirmativas têm consequências para tratar o tema proposto, pois a profissão não se confunde com a responsabilidade do governo e de Estado, constitucionalmente responsáveis pela formulação, gestão, financiamento de políticas e programas sociais, ainda que a atuação nesse campo seja uma de nossas competências profissionais, resguardadas pela Lei de Regulamentação da Profissão, de 1993. Certamente existem tensões entre projetos profissionais e políticas governamentais e nítidas disputas teóricas e políticas no direcionamento do Serviço Social brasileiro (p. 611).

O Estado é o principal e maior empregador de assistentes sociais hoje, consolidando como um espaço privilegiado para os/as assistentes sociais em seu exercício profissional diante as políticas públicas existentes. Iamamoto destaca também as tensões que existem entre os projetos profissionais e as políticas governamentais, como espaços de luta para efetivação e consolidação dos direitos da classe trabalhadora.

No currículo aprovado pelo MEC em 1982, a matriz do ensino do Serviço Social centra-se nas ementas voltadas para História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social além do estágio supervisionado —, o que representou um enorme desafio teórico e de pesquisa no sentido de dar sustentação a estes conteúdos. É desse período a introdução da política social no universo da formação acadêmica, quando se vincula o exercício profissional às políticas sociais públicas, sendo as relações entre o Estado e a sociedade de classes decisivas para decifrar o significado social da profissão (IAMAMOTO, 2014, p. 614).

É na relação entre Estado e sociedade que podemos identificar o significado social do Serviço Social como profissão, na busca pela consolidação dos direitos da classe trabalhadora e na efetivação dos preceitos instituídos pelas instituições que geram os empregos, entre elas está o Estado, maior empregador de assistentes sociais.

Iamamoto (2014) cita que “tanto a formação profissional quanto o trabalho do Serviço Social, nos anos 1980, se solidificaram, tornando possível, hoje, dar um salto qualitativo na análise sobre a profissão (p. 51)”. A importância de 1980 é visível na história da profissão, apesar dos avanços conquistados, os desafios postos ao

assistente social são muitos, principalmente na divergência entre sua fundamentação teórica e o campo na prática.

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (IAMAMOTO, 2014, p. 52).

Os determinantes históricos presentes nos espaços de trabalho dos/as assistentes sociais limitam a execução do seu projeto profissional diante a tensão existente entre poder do empregador, direitos da classe trabalhadora e a relativa autonomia perfil do profissional.

Ao longo dos anos foram muitas as conquistas obtidas, em destaque, de 1990 em diante é possível destacar alguns dos marcos importantes para o Serviço Social, como o Código de Ética da profissão, a Lei que Regulamenta e as diretrizes curriculares nacionais, que definem o perfil do/a assistente social, como:

[...] profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e efetivando propostas para seu enfrentamento por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (Diretrizes Curriculares, 1999).

Esse é um dos grandes desafios postos ao Serviço Social nos dias atuais, defender a sua prática profissional de forma condizente com seus princípios e valores estabelecidos em seu Código de Ética profissional, o que ocasiona em uma necessidade urgente de assistentes sociais com formação crítica para defender o significado social da profissão.

A construção coletiva de proposta de formação acadêmica no Serviço Social norteia-se pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional; a universidade que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares exclusivos de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições (IAMAMOTO, 2014, p. 625).

A defesa por universidades públicas de formação profissional que desempenhem atividades direcionadas aos interesses coletivos e usem criticidade

para lidar com as múltiplas expressões da questão social, no intuito de que a identidade profissional dos/as assistentes sociais seja condicente ao seu projeto político é uma necessidade cada vez maior.

Cap. II – A identidade profissional do assistente social

2.1 - O significado ético da profissão

Barroco (2009) designa que a Ética se manifesta na vida do ser individual como “parte da práxis social” (p. 167), presente nas ações cotidianas da sociedade, em especial, no desenvolver da base ontológica da humanidade, o trabalho, segundo BARROCO (2009).

Embora limitada, a ética se faz cotidianamente através de atos morais singulares, mais ou menos conscientes e livres; pode se objetivar através de ações motivadas por valores e teologias dirigidas à realização de direitos e conquistas coletivas; pode ser capaz de efetuar a crítica radical da moral do seu tempo, oferecendo elementos para a compreensão das possibilidades éticas e morais do futuro. Embora momentânea, pode se estabelecer como mediação entre a singularidade de indivíduo moral e a sua dimensão humano-genérica, objetivando-se como parte da práxis social (BARROCO, 2009, p. 3).

São nas ações do dia a dia do ser individual e coletivo que a ética se faz presente, seja de forma consciente e livre através de ações motivada por valores distintos, ou de forma destinada a concretização de direitos coletivos, objetivam como parte da práxis³ social do indivíduo.

Segundo Marx e Engels (1982) é na produção dos seus meios de vida que os homens produzem a sua vida material, o que os diferenciam dos animais. Por meio da venda da sua força de trabalho que o homem consegue transformar sua vida.

A ação ética é um processo de ‘generalização’, de mediação progressiva entre o primeiro impulso e as determinações externas; a moralidade torna-se ação ética no momento em que nasce uma convergência entre o eu e a alteridade, entre a singularidade individual e a totalidade social. O campo da totalidade exprime justamente esta zona de mediações onde se inscreve a ação ética (TERTULIAN, 1999, p. 134).

É diante uma reflexão ética que o indivíduo é capaz de fazer a crítica da vida cotidiana, o que gera a possibilidade de uma ação consciente e livre, levando

³O trabalho é a base ontológica primária da vida social; mediação que efetiva objetiva e subjetivamente o intercâmbio entre os homens e a natureza, pondo em movimento um processo incessante de (re) criação de novas necessidades; ampliando os sentidos humanos, instaurando atributos e potencialidades especificamente humanas. (BARROCO, 20. p.4).

ao espaço de valorização da atuação profissional em situações que necessitam de um exercício ligado ao projeto coletivo.

No que se refere à ética profissional, Barroco (2009) destaca que,

A ética profissional se objetiva como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do Código de Ética Profissional, como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política. Cabe destacar que essas não são as formas puras e/ou absolutas e que sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos (p. 12).

A ação moral do profissional tem como normatização o seu Código de Ética e está ligada também às suas ações, decisões e escolhas enquanto indivíduo singular dotado de liberdade para desenvolver e decidir suas determinações, que tem parâmetros fornecidos pela categoria profissional como o Código já citado.

O Código de Ética de 1993 destaca que,

[...] a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional (2012, p. 21/22).

É imprescindível a necessidade e mediação das normativas presentes no Código, na Lei que regulamenta a profissão e nas Diretrizes Curriculares para o/a assistente social no seu dia a dia, diante as diversas demandas profissionais, proporcionando a compreensão dos referenciais do Serviço Social.

A questão é que, o Código indica o rumo ético-político a ser seguido, o desafio é a materialização dos princípios éticos nos espaços de trabalho, diante os diversos determinantes históricos que estão presentes na atuação cotidiana dos/as assistentes sociais, lamamoto (2014).

É preciso reafirmar o valor ético central da profissão, a liberdade. Para isso é necessário à autonomia profissional, a recusa de todas as formas de autoritarismo e a luta constante pelos princípios do Código de Ética.

Os princípios constantes no Código de Ética são focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria. Então ele não pode ser um documento que se “guarda na gaveta”: é necessário dar-lhe vida por meio dos sujeitos que, internalizando o seu conteúdo, expressam-no por ações que vão tecendo o novo projeto profissional no espaço ocupacional cotidiano (IAMAMOTO, 2014, p. 78).

Daí a importância de um profissional com bagagem teórico-metodológica, capaz de fazer mediações com os muitos determinantes históricos existentes e os princípios que regem a sua atuação.

A participação dos sujeitos, dotados de escolhas e posicionamentos críticos é fundamental no agir ético, “o nível de exigência dessas escolhas e as mediações que elas encerram variam qualitativamente, de acordo com determinações historicamente condicionadas (BARROCO, 2009, p. 20).” São essas variações que exigem cada vez mais um profissional respaldado com normas e fundamentos éticos, entre eles, suas reais competências e atribuições, para lidar com as diversas situações vivenciadas no dia a dia do Serviço Social.

2.2 - Atribuições privativas e competências profissionais

São nos espaços de atuação profissional que o/a assistente social vivencia a materialização das suas atribuições e competências contidas em seus documentos legislativos, o que gera um grande desafio a profissão, ser condizente com seu exercício e atender as demandas institucionais sem atuar como um mero executor de atividades repassadas pelo gestor.

Para Iamamoto e Carvalho, 1983:

[...] o assistente social, no exercício de suas atividades vinculados a organismos institucionais estatais, para-estatais ou privados, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais por eles programados para a população. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983, p. 113)

O impasse entre a realização das atividades que atendam tanto os/as usuários/as da política, este o principal interessado e parte no qual é pensado o trabalho do serviço social, e instituição empregadora é o cerne do embate que a profissão perpassa em seus espaços sócios ocupacionais.

A Lei número 8.662 de 07 de julho de 1993 estabelece em sua regulamentação, no seu artigo 4º e 5º as competências e atribuições privativas do assistente social:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

A participação da sociedade e de demais profissionais nas ações desenvolvidas pelo serviço social, tanto em ações privadas da profissão, quanto nas interdisciplinares é um dos principais espaços para que o/a assistente social seja presente e compartilhe das suas competências profissionais de forma condizente com o estabelecido em seu Código de Ética.

Em continuidade, temos:

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (VETADO)

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

As competências profissionais do Serviço Social são atividades realizadas por um/a assistente social, muitas vezes com a presença de outros profissionais, por meio de um trabalho interdisciplinar.

Artigo 5 – Constituem atribuições privativas do assistente social:

I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas, e projetos na área de Serviço Social;

II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III – assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

O parecer social do/a assistente social é um dos seus principais instrumentais de trabalho, é onde o profissional expõe sua opinião conforme seu conhecimento e arcabouço ético, teórico e técnico.

V – assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII – dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX – elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras de seleção para assistentes sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI – fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII – ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

São esses pontos presentes na Lei que regulamenta a profissão que o/a assistente social deve desempenhar seu exercício profissional, com o foco no usuário/a da política, pensando nos interesses da classe trabalhadora e repassar a sociedade que são atividades privativas do Serviço Social, realizadas somente por um/a assistente social.

O aprofundamento do debate sobre os artigos 4º e 5º mencionados anteriormente tendo como cerne os conteúdos teóricos, técnico-operativos e ético-políticos do Serviço Social é algo de intensa importância, principalmente, nas implicações que a atuação precária pode trazer a vida da sociedade.

2.3 Os espaços sócio ocupacionais do Serviço Social

As instituições públicas são as maiores instâncias que empregam assistentes sociais no Brasil. É o Estado o maior empregador nos dias atuais, dividindo-se entre os âmbitos estaduais, municipais e federais. Em segundo lugar estão as empresas privadas, que mesmo com um índice inferior as públicas, fazem parte dos espaços de atuação do Serviço Social.

A jornada de trabalho da profissão varia entre 30 a 40 horas em média, havendo também algumas jornadas que excedem às 40 horas semanais, uma posição não condizente com o estabelecido pelas leis normativas.

Segundo Iamamoto (2008),

O perfil desse trabalhador é de uma categoria fundamentalmente feminina (97%) com a presença de apenas 3% de homens; as idades prevalentes encontram-se nas faixas entre 35 a 44 (38%) e 25 a 34 anos (30%), ainda que 25% estejam na faixa entre 45 e 59 anos. A maioria professa a religião católica (67,65); segue-se a protestante (12,69%) e a espírita kardecista (9,83%), e 7,92% não têm qualquer religião. As demais preferências religiosas não têm incidência significativa. A maioria dos assistentes sociais se identifica como branca (72,14%) e as que se declaram pretas e negras totalizam 20,32%. Em relação à orientação sexual, 95% são heterossexual, 3%, homossexual e 2%, bissexual. A maioria (53%) é casada e 47% são solteiros (p. 7).

O perfil de atuantes do Serviço Social é caracterizado, em sua maioria, como mulheres, entre 25 a 44 anos, com religião católica e que se identificam como pessoas brancas, segundo Iamamoto (2008).

No Brasil, a ausência de vínculo empregatício de assistentes sociais é de 11, 74%, segundo pesquisa do CFESS (2005), com dados do ano de 2004, o que

indica a falta de inserção de profissionais no mercado de trabalho. Além disso, há nos últimos anos uma substituição do trabalho assalariado para o autônomo ou prestação de serviço, o que descaracteriza de forma intensa a prática profissional do serviço social.

intensificam-se os processos de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria na prestação de serviços aos governos, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais (RAICHELIS, 2009, p. 383).

O aumento do trabalho autônomo vem sendo um assunto de visibilidade para os órgãos de fiscalização do trabalho de assistentes sociais. São essas particulares que fazem com que seja necessário um debate sobre as tensões existentes entre projeto ético político e atuação profissional.

Iamamoto (2008) destaca:

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, os quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se. Em outros termos, repõe-se, nas particulares condições do trabalho do assistente social profissional, o clássico dilema entre causalidade e teleologia, entre momentos de estrutura e momentos de ação, exigindo articular, na análise histórica, estrutura e ação do sujeito (p. 8/9).

As instituições e suas particularidades distintas colocam o projeto profissional do Serviço Social em um espaço de tensão, diante as imposições dos empregadores e o exercício de assistentes sociais dotados de liberdade e autonomia para desenvolver suas ações.

O assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais/empresariais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. Também a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho – as múltiplas expressões da questão social, tal como se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha – depende do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas (IAMAMOTO, 2008, p. 13/14).

Como destaca Iamamoto, o perfil do profissional assume um papel diferenciado no diversos espaços ocupacionais de atuação, sendo influenciado pelo tipo de política empregada pelos empregadores, diante demandas e prioridades de cada local. A autora destaca que: “[...] o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle do

indivíduo e impõem limites [...]” (20 p. 17). Esses determinantes trazem ao Serviço Social a necessidade de um profissional crítico para melhor lidar com as situações presenciadas nas múltiplas expressões da questão social, em seus espaços seja ele da saúde, da assistência ou da previdência social.

Nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social, é de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho – e correspondentes expressões culturais – dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre os sujeitos e as expressões da questão social que as vivenciam. O conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais poderá alimentar ações inovadoras, capazes de propiciar o atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais. Esse conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática para além das mistificações difundidas pela prática social em geral e particularmente pela mídia. Isso requer, também, estratégias técnicas e políticas no campo da comunicação social – no emprego da linguagem escrita, oral e midiática –, para o desencadeamento de ações coletivas que viabilizem propostas profissionais para além das demandas instituídas (IAMAMOTO, 2008 p. 24/25).

É necessário o aumento de pesquisas que forneçam dados importantes sobre cada segmento e modo de vida dos/as usuários/as atendidas pelo Serviço Social, no intuito de trazer uma consciência crítica e um profissional capaz de mediar entre os interesses e direitos da classe trabalhadora e os interesses do empregador, para viabilizar propostas que estejam além das demandas repassadas pelas instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões trabalhadas que objetivaram estudar a prática profissional do/a assistente social e os rebatimentos no seu reconhecimento, podemos destacar algumas considerações acerca deste estudo.

A atuação do Serviço Social está inserida na tensão entre produção e desigualdade que, com interesses sociais distintos, o profissional não consegue fugir. Nesse espaço existem implicações da relação trabalho e capital, e muitas adversidades existentes. É perceptível desde início da sua legitimação que a profissão precisa atender interesses duplos, tanto os da classe operária quanto os do Estado. Isso gera um intenso desafio, atuar e desenvolver uma atuação crítica que seja condizente com os interesses dos/as usuários/as da política, e da sua instituição empregadora.

Os espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social têm características distintas e determinantes externos que colocam o profissional em um espaço de luta pela sua posição, seja na assistência social, na saúde ou previdência social. As reais competências e atribuições privativas necessitam de reconhecimento por parte da sociedade.

É preciso reafirmar constantemente o valor ético central da profissão, a liberdade. Para isso é necessário à autonomia profissional, a recusa de todas as formas de autoritarismo e a luta constante pelos princípios do Código de Ética.

A falta de reconhecimento da prática profissional do/a assistente social, em seus diversos espaços de atuação, é algo que necessita da reafirmação das suas bases metodológicas, éticas e técnicas, exigindo um profissional crítico, que lute por uma atuação condizente com o estabelecido nos seus normativos.

O Serviço Social conta com seu Código de Ética, com a Lei que Regulamenta a profissão e com as Diretrizes Curriculares, são os principais documentos que tratam da sua atuação profissional e precisam cada vez mais serem utilizados de forma adequada.

Referências

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. Revista O Social em Questão. Ano XVIII, nº 34, 2015, p. 19-40.

BARROCO, Maria Lucia Silva. “A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto éticopolítico do Serviço Social”. Revista Serviço Social e sociedade, São Paulo, Cortez, nº 79, p. 27-42, ano XXV, 2004.

_____. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. As atribuições privativas do (a) assistente social em questão. Brasília, fev. 2002.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei 8662/93, que regulamenta a profissão de assistente social, 1993.

CFESS (Org.). Assistentes Sociais no Brasil. Elementos para estudo do perfil profissional. Brasília /Maceió, UCFESS-UFALGRESS, 2005. 73 p.

CFESS. Resolução CFESS 493/2006 de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2008.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, M.V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt>

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, M.V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à Crise Contemporânea. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I —Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, 1999.

_____. A construção do projeto ético-político profissional frente à crise contemporânea. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). Curso de Capacitação em Serviço social e políticas Públicas- módulo I, Brasília, CFESS-ABEPSS-CEAD-UnB, p. 92-110, 1999.

MARTINELLI, M.L. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. 2006. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/69/67>

NETTO, J.P. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo. Cortez, nº 50, ano XVII, abril de 1996, p. 87- 132.

RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 377-391.

TERTULIAN, N. O grande projeto da ética. Ensaio Ad Hominem. São Paulo: Edições AD Hominem, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2013.